

O novo governo herdará um pesado resgate

por Alair Barbosa
do Rio

O presidente da República que tomar posse em 15 de março do ano que vem, numa sexta-feira, terá de administrar com habilidade uma indesejada herança: a dívida pública em títulos. Só para o mês de março de 1985, pela contabilidade do Banco Central, estão previstos resgates de 127,4 milhões de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN), que hoje se encontram em poder do setor privado. A preços atuais, isso corresponde a Cr\$ 2,28 trilhões.

Somando-se os resgates de março aos dos três meses seguintes — até junho —, as cifras tornam-se ainda mais impressionantes: o volume atingirá 437,3 milhões de ORTN, que valem, a preços atuais, Cr\$ 7,8 trilhões. Projetando-se uma variação mensal da correção monetária da ordem de 8% até junho, chega-se a um número ainda mais assustador: Cr\$ 15,6 trilhões no período março-junho. Só para se ter uma idéia, isso corresponde a 18% do orçamento da União encaminhado pelo atual governo ao Congresso Nacional (Cr\$ 88,8 trilhões) ou o equivalente a duas vezes o volume de recursos previsto neste orçamento para a área de assistência e previdência social (Cr\$ 7,4 trilhões). Ou seja, em apenas quatro meses, o próximo governo terá de resgatar — ou rolar — o equivalente a duas vezes o que deverá direcionar para um dos setores mais vitais para a população do País.

Esses números, na verdade, deverão ser inflados ainda mais nestes cinco meses que restam para a

atual administração. É que o Banco Central vem encontrando dificuldades cada vez maiores para vender títulos de longo prazo, pois mesmo os papéis com mercado cativo — criado pelo último "pacote" do Conselho Monetário Nacional — não têm tido muita demanda nos últimos leilões. Por isso, o BC tem feito "go arounds" (leilões sem editais prévios) oferecendo títulos "curtos".

CAIXA COMPROMETIDA

Um agravante para esses resgates — ou a "rolagem", com a emissão de novos papéis, pressionando as taxas de juros — é que a caixa do Tesouro Nacional estará bastante comprometida em 1985. Neste ano o governo central resolveu antecipar vários impostos, que, a rigor, só deveriam entrar na caixa do Tesouro no ano que vem. O caso típico é o da taxa sobre os ganhos das instituições financeiras.

Com base na lucratividade auferida pelo sistema financeiro em 1983, considerada excepcional pelos banqueiros, a Receita Federal fez uma "antecipação" do Imposto de Renda sobre o setor recolhido no primeiro semestre deste ano. Como a lucratividade do sistema financeiro tem ficado muito abaixo das previsões, é possível que se crie uma situação constrangedora para o governo federal: fechados os balanços deste ano, chegar-se-ia à conclusão de que os bancos teriam de pagar menos do que o que já foi recolhido. E a pressão sobre a caixa do Tesouro seria ainda muito maior, dificultando o seu já pressionado fluxo de caixa devido aos resgates maciços.